

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	17
Capítulo I – A ATUAÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA.....	31
1.1 Breve intróito: a experiência vitoriosa do bloqueio na Primeira Guerra Mundial....	31
1.2 A primeira experiência: Rodésia do Sul	33
1.2.1 A Declaração Unilateral de Independência.....	38
1.2.2 A ONU e a Rodésia do Sul	38
1.2.3 Algumas considerações sobre as sanções impostas à Rodésia do Sul.....	41
1.2.4 Medidas provisionais.....	52
1.2.5 Preliminares.....	53
1.2.6 As Sanções	66
1.2.7 O Tribunal Penal para a Ex-Iugoslávia	69
1.2.8 Da Resolução 660 (1990) à Guerra do Golfo	71
1.2.9 Prenúncios de crise humanitária	74
1.2.10 A Resolução 687.....	78
1.2.11 Comissão de Compensação das Nações Unidas	81
1.2.12 Tentativa de abrandamento das sanções	82
1.2.13 “Oil for food” e o agravamento da Crise Humanitária.....	83
1.2.14 Algumas considerações sobre as sanções impostas ao Iraque	86
1.3 Afeganistão e Taliban.....	87
1.3.1 Comitê do Conselho de Segurança criado pela Resolução 1.267	88
1.3.2 A gestão da lista pelo Comitê	89
Capítulo II – O CONSTITUCIONALISMO MUNDIAL E A QUESTÃO DOS LIMITES JURÍDICOS AO CSONU	95
2.1 Seria o Conselho <i>legibus solutus</i> ?	95
2.2 A proposta de um constitucionalismo internacional.....	96
2.2.1 A relevância da discussão	99
2.2.2 Constituição, Estado e Comunidade	101
2.2.3 Constituição e comunidade internacional	103
2.3 Ordem constitucional internacional e <i>jus cogens</i>	104
2.4 <i>Jus cogens</i> e obrigações <i>erga omnes</i>	109
2.5 <i>Jus cogens</i> e a Carta da ONU	111
2.6 A Carta como fonte de poderes e de limites jurídicos	112
2.7 Princípios e propósitos da Carta da ONU como limitadores dos poderes do CSONU	115
2.7.1 Promoção da paz e segurança internacionais.....	117

2.7.2	Princípio da autodeterminação.....	118
2.7.3	O princípio da boa-fé.....	119
2.7.4	Respeito aos Direitos Humanos e às liberdades fundamentais.....	122
2.8	Quais instrumentos?	125
2.9	Os Pactos Internacionais.....	127
2.10	Costume.....	129
2.11	Direito Internacional Humanitário.....	130
2.12	Em suma, o Conselho de Segurança não é <i>legibus solutus</i>	132
Capítulo III – O CSONU E OS DIREITOS HUMANOS ATINENTES.....		133
3.1	Sanções abrangentes.....	133
3.1.1	Direito à vida.....	133
3.1.2	Direito à saúde.....	134
3.2	Sanções direcionadas (<i>targeted sanctions</i>).....	136
3.2.1	Liberdade de movimento (Direito de entrar, sair e circular).....	136
3.2.2	Armas, dinheiro e o direito à propriedade.....	137
3.2.3	Acesso à justiça.....	138
3.2.4	Direito à reparação de danos.....	139
3.3	Outras medidas cogentes.....	141
3.3.1	Criação de órgãos de natureza judicial.....	141
3.3.2	Tribunais Penais Internacionais.....	144
3.3.3	Comissão de Compensação das Nações Unidas.....	146
3.3.5	Algumas considerações sobre a UNCC.....	149
3.4	Poder normativo.....	150
Capítulo IV – (IN)EXISTÊNCIA DE REMÉDIOS PARA EVENTUAIS VIOLAÇÕES DO DIREITO PELO CSONU.....		155
4.1	Recursos perante o próprio CSONU.....	156
4.2	Inadequação dos remédios ofertados pelo CSONU.....	157
4.3	Recurso à Corte Internacional de Justiça.....	158
4.4	Pode a Corte examinar a validade de resoluções do Conselho de Segurança?.....	160
4.4.1	Procedimentos contenciosos.....	161
4.4.2	Efeitos de uma decisão <i>incidentaliter tantum</i> da Corte acerca de Resolução do CSONU.....	164
4.4.3	Pareceres consultivos.....	165
4.4.4	Possíveis óbices à utilização da Corte: <i>Lis pendens</i> e questões políticas.....	166
4.5	Conclusões provisórias.....	168
4.6	<i>Soft power</i> , legitimidade e a relevância de remédios.....	169
4.7	Algumas propostas.....	171
4.7.1	Reforma do Estatuto.....	171
4.7.2	Criação de um órgão judicial independente e imparcial para análise das medidas impostas a indivíduos e entidades.....	172
4.7.3	Criação de um fundo para indenização dos indivíduos e entidades injustamente afetados por sanções direcionadas.....	172
CONCLUSÕES.....		173
REFERÊNCIAS.....		175
ÍNDICE ALFABÉTICO.....		187